



RESOLUÇÃO CRESS N° 008/2019

EMENTA: Estabelece os patamares mínimos e máximos para fixação da anuidade para o exercício de 2020 de pessoa física e jurídica, no âmbito do CRESS e determina outras

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/ RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS n° 891/2018 e Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Lei n° 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social;

CONSIDERANDO a Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS n° 829, de 22 de setembro de 2017, que regulamenta as anuidades de pessoa física e pessoa jurídica e as taxas no âmbito dos CRESS, e determina outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CFESS n° 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/ Roraima;

CONSIDERANDO as deliberações do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Belém/PA, de 05 a 08 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS n° 916, 23 de setembro de 2019, que estabelece os patamares mínimo de **R\$ 379,65 (trezentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)** e máximo de **R\$ 602,19 (seiscentos e dois reais e dezenove centavos)**, além da fixação de multas, juros, taxas e todas as demais condições da anuidade de pessoa física e de pessoa jurídica no patamar único de **R\$ 602,19 (seiscentos e dois reais e dezenove centavos)**, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o exercício de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, del



forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima;

CONSIDERANDO a obrigação, de competência do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, relativa a responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

CONSIDERANDO a Assembleia Geral realizada em **04/10/2018**, na cidade de Boa Vista/RR, a qual referendou as deliberações do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS e aprovou a anuidade de pessoa física para vigorar no Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar no valor de **R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais)** a anuidade de pessoa física a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, no **EXERCÍCIO DE 2020**, dos profissionais inscritos e a se inscreverem e para pessoa jurídica no patamar único de **R\$ 602,19 (seiscentos e dois reais e dezenove centavos)**.

Parágrafo Primeiro: Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS:

- I- 31 (trinta e um) de janeiro de 2019, com vencimento no dia 5 de fevereiro;
- II- 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2019, com vencimento no dia 5 de março;
- III- 31 (trinta e um) de março de 2019, com vencimento no dia 5 de abril;
- IV- 30 (trinta) de abril de 2019, com vencimento no dia 5 de maio.

Parágrafo Segundo: A anuidade de **2020** que for quitada, neste exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, terão os seguintes descontos:

I – Janeiro/2019 – 15% (quinze por cento) – **R\$ 392,70 (trezentos e noventa e dois reais e setenta centavos);**



II – Fevereiro/2019 – 10% (dez por cento) – **R\$ 415,80 (quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos);**

III – Março/2019 – 5% (cinco por cento) – **R\$ 438,90 (quatrocentos e trinta e oito reais e noventa centavos);**

IV – Abril/2019 – valor integral, sem desconto – **R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais).**

Parágrafo Terceiro: A anuidade de 2020 poderá ser paga em **até 06 (seis) parcelas**, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão:

1ª. Parcela no dia 05 de fevereiro de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

2ª. Parcela no dia 05 de março de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

3ª. Parcela no dia 05 de abril de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

4ª. Parcela no dia 05 de maio de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

5ª. Parcela no dia 05 de junho de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

6ª. Parcela no dia 05 de julho de 2019 – **R\$ 77,00 (setenta e sete reais);**

Parágrafo Quarto: A anuidade não paga em cota única até o dia **05 de maio de 2020**, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

I - multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;

II - juros simples de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Quinto: As anuidades relativas a exercícios anteriores a **2020**, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Sexto: A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o dia **05 de junho de 2020**, poderá ser parcelada em **até 06 (seis) vezes**, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente Artigo.

Parágrafo Sétimo: As anuidades relativas aos exercícios anteriores a **2020**, que sejam objeto de acordo extrajudicial, sem prejuízo do disposto nos parágrafos quarto e quinto, sofrerão acréscimo de multa de 10% sobre o saldo devedor e juros moratórios na ordem de,



1% ao mês, os quais incidirão a partir da data em que acordaram as partes, ensejando, também o vencimento antecipado de todas as parcelas subsequentes, no caso do não cumprimento do acordo.

Parágrafo Oitavo: Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente Artigo, devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 2º - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social competente, poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2020**.

Parágrafo Único – O profissional que se inscrever a partir do dia **01 de julho de 2020**, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em **COTA ÚNICA**.

Art. 3º - Depois de firmado o “Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida” fica limitado em até mais duas vezes, no máximo, o re-parcelamento de tais débitos havidos com o CRESS, conforme deliberação do 47º Encontro CFESS/CRESS.

Art. 4º - Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes limites máximos:

I – Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica) **R\$ 118,30 (Cento e dezoito reais e trinta centavos);**

II – Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Documento de Identidade Profissional) - **R\$ 94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos);**

III – Substituição de Documento de Identidade Profissional ou expedição de 2ª. Via – **R\$ 70,93 (setenta reais e noventa e três centavos);**

IV – Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica - **R\$ 47,29 (quarenta e sete reais e vinte e nove centavos).**

Artigo 5º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social, em deliberação de seu Conselho Pleno.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



Artigo 6º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 19 de novembro de 2019.

Ana Laura Menezes de Santana
Conselheira Presidente